

**Gestão 2022-2024**

Procurador-Geral de Justiça  
**Alexandre Magno Benites de Lacerda**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa  
**Nilza Gomes da Silva**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional  
**Paulo César Zeni**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo  
**Romão Avila Milhan Junior**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Silvio Cesar Maluf**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Helton Fonseca Bernardes**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Renzo Siufi**  
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça  
**Camila Augusta Calarge Doreto**  
Secretária-Geral do MPMS  
**Bianka Karina Barros da Costa**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Avila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: [caodh@mpms.mp.br](mailto:caodh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 6687/2023-PGJ, DE 4.12.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, 20 (vinte) dias de férias regulamentares ao Procurador de Justiça Belmires Soles Ribeiro, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, que seriam usufruídos no período de 18.1 a 6.2.2024, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00011482-2).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 6686/2023-PGJ, DE 4.12.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, 30 (trinta) dias de férias regulamentares ao Promotor de Justiça Clovis Amauri Smaniotto, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, que seriam usufruídos no período de 18.1 a 16.2.2024, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00011479-9).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 6696/2023-PGJ, DE 4.12.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, 30 (trinta) dias de férias regulamentares à Promotora de Justiça Paula da Silva Volpe, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, que seriam usufruídos no período de 18.1 a 16.2.2024, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00011682-0).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 6693/2023-PGJ, DE 4.12.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, 20 (vinte) dias de férias regulamentares ao Promotor de Justiça Antenor Ferreira de Rezende Neto, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, que seriam usufruídos no período de 1º a 20.3.2024, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00011679-7).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 6692/2023-PGJ, DE 4.12.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, 20 (vinte) dias de férias regulamentares à Promotora de Justiça Aline Mendes Franco, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, que seriam usufruídos no período de 18.1 a 6.2.2024, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00011678-6).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 6700/2023-PGJ, DE 4.12.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, 30 (trinta) dias de férias regulamentares ao Procurador de Justiça Mauri Valentim Riciotti, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, que seriam usufruídos no período de 18.1 a 16.2.2024, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00011689-7).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 6694/2023-PGJ, DE 4.12.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, 30 (trinta) dias de férias regulamentares à Promotora de Justiça Clarissa Carlotto Torres, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, que seriam usufruídos no período de 19.2 a 19.3.2024, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00011680-9).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº 230/2024-PGJ, DE 18.1.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Izabela Gama Todt, ocupante do cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Serviços da Secretaria-Geral no período de 8 a 17.1.2024, em razão de afastamento da titular, Beatriz Almeida Ribeiro.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-64/2024/PGJ, DE 19.1.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Pablo Ferelli de Souza, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 18 a 27.3.2024 e de 1º a 10.10.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 21 a 30.10.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-65/2024/PGJ, DE 19.1.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Juliano Gonçalves Cortez, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas no período de 1º a 20.4.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 18 a 27.3.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-66/2024/PGJ, DE 19.1.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº e-1130/2023-PGJ, de 5.10.2023, que concedeu férias à servidora Paula da Cunha Bulhões, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas nos períodos de 18 a 27.3.2024 e de 17 a 26.6.2024", passe a constar: "a serem usufruídas nos períodos de 8 a 17.4.2024 e de 27.8 a 5.9.2024", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-67/2024/PGJ, DE 19.1.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº e-840/2023-PGJ, de 13.7.2023, que concedeu férias à servidora Fabricia Christina da Silva Santos Antonio, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 22 a 31.1.2024", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 13 a 22.5.2024", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-68/2024/PGJ, DE 19.1.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Thaynara Garcia de Souza, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas nos períodos de 5 a 14.8.2024 e de 16 a 25.4.2025, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 7 a 16.1.2025, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-69/2024/PGJ, DE 19.1.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº e-240/2023-PGJ, de 7.3.2023, que concedeu férias ao servidor Ricardo Alberto Longo Bezerra, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 15 a 24.2.2024", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 17 a 26.7.2024", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-70/2024/PGJ, DE 19.1.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Frederico Correa Pereira da Silva, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 20 a 29.5.2024 e de 2 a 11.9.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 1º a 10.4.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-71/2024/PGJ, DE 19.1.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Érica Maylane Rigo Borges, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, a serem usufruídas nos períodos de 4 a 13.3.2024 e de 8 a 17.7.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 19 a 28.2.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-72/2024/PGJ, DE 19.1.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Patricia Lima Rodrigues, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, a serem usufruídas nos períodos de 15 a 24.7.2024 e de 14 a 23.10.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 29.7 a 7.8.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 013/PGJ/2020**

Processo nº PGJ/10/0634/2020 – PGA nº 09.2023.00000143-0

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **OPEN SOLUÇÕES TRIBUTÁRIAS LTDA.**, representada por **Alexandre Marques Andrade Lemos**.

Procedimento licitatório: Inexigibilidade.

Amparo legal: Artigo 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Prorrogação de vigência contratual, por mais 12 (doze) meses.

Valor total: R\$ 7.188,00 (sete mil cento e oitenta e oito reais).

Vigência: 02.03.2024 a 02.03.2025.

Data de assinatura: 19 de janeiro de 2024.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA FINAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 5/2024.**

A 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Histórico, Cultural, Habitação e Urbanismo da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, 180, Bairro Chácara Cachoeira.

Procedimento Administrativo nº: 09.2023.00000477-5.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Eunice José de Araújo Oliveira.

Objeto: Acompanhar as providências a serem adotadas pelo IMASUL quanto à fiscalização e preservação dos recursos naturais constantes do Loteamento Chácara São Miguel Arcanjo.

Campo Grande, 18 de Janeiro de 2.024.

LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO.

Promotora de Justiça.

**EDITAL Nº 6/2024.**

A 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Histórico, Cultural, Habitação e Urbanismo da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, 180, Bairro Chácara Cachoeira.

Procedimento Administrativo nº: 09.2023.00000478-6.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Campo Grande – MS.

Objeto: Acompanhar a atuação do Município de Campo Grande, com base no poder de polícia administrativa, na resolução da problemática referente ao terreno em situação de abandono, localizado entre as ruas Aguiar Pereira de Souza, Pacífico Lopes Siqueira e Avenida Fábio Zahran.

Campo Grande, 18 de Janeiro de 2.024.

LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO.

Promotora de Justiça.

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 47ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>1</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0924808-31.2023.8.12.0001, em que constam como investigado(a/s) C.C.R.<sup>2</sup> e vítima(s) K.C.F, conforme se transcreve: “Portanto, em razão de insuficiência de provas, elemento essencial à tipicidade, resta prejudicada a propositura da ação penal, razão pela qual o Ministério Público Estadual, com fulcro no artigo 18, do Código de Processo Penal, requer o arquivamento do presente feito.”

Campo Grande-MS, 18 de janeiro de 2024.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

---

**PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL**

---

**AMAMBAI**

---

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, nos termos do dispositivo no art. 5º, §2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>3</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0000516-95.2023.8.12.0004, em que constam como investigado(a/s) A. M.<sup>4</sup> e vítima (s) K.R.S., conforme se transcreve: "promove o ARQUIVAMENTO do presente inquérito policial, em virtude da ausência de justa causa para a promoção da ação penal".

Amambai (MS), 18 de janeiro de 2024.

LENIZE MARTINS LUNARDI PEDREIRA

Promotora de Justiça

---

1 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

2 Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.

3 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

4 Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais





---

**CAMAPUÃ**

---

**EDITAL N. 01/2024/2ªPJC**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Camapuã /MS torna pública a instauração do Inquérito Civil SAJMP-MS n. 06.2023.00001328-1, que se encontra à disposição na Rua Ferreira da Cunha, n. 472, Vila Diamantina, CEP 79.420-000, telefone: (67) 3286-1728, onde poderá ser examinado.

Inquérito Civil: 06.2023.00001328-1.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Celia Sant'Ana de Rezende Moreno

Assunto: “Apurar eventual infração ambiental de possível desmatamento ilegal de vegetação nativa em 3,07 hectares ocorrido na Fazenda Rancho Alegre, município de Camapuã, propriedade de Célia Sant'Ana de Rezende Moreno, conforme Ofício n.º 056/2ºPPMA/CPE/2023.”

Camapuã - MS, 19 de janeiro de 2024.

DOUGLAS SILVA TEIXEIRA

Promotor de Justiça

**EDITAL N. 02/2024/2ªPJC**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Camapuã /MS torna pública a instauração do Inquérito Civil SAJMP-MS n. 06.2023.00001333-7, que se encontra à disposição na Rua Ferreira da Cunha, n. 472, Vila Diamantina, CEP 79.420-000, telefone: (67) 3286-1728, onde poderá ser examinado.

Inquérito Civil: 06.2023.00001333-7.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Adauto José Carneiro Prestes; Sandra Tamburi Prestes

Assunto: “Apurar eventual desmatamento ilegal ocorrido na Fazenda Canaã TP, localizada em Camapuã, de propriedade de Adauto José Carneiro Prestes e Sandra Tamburi Prestes, ocorrido entre 11/08/2022 e 29/11/2022, conforme Laudo Técnico n.º 197/23/NUGEO.”

Camapuã - MS, 19 de janeiro de 2024.

DOUGLAS SILVA TEIXEIRA

Promotor de Justiça

**EDITAL N. 03/2024/2ªPJC**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Camapuã /MS torna pública a instauração do Inquérito Civil SAJMP-MS n. 06.2024.00000005-7, que se encontra à disposição na Rua Ferreira da Cunha, n. 472, Vila Diamantina, CEP 79.420-000, telefone: (67) 3286-1728, onde poderá ser examinado.

Inquérito Civil: 06.2024.00000005-7.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Marcos de Melo Barbosa

Assunto: “Apurar possível infração e crime ambiental, consistente no desmatamento de 34,56 ha, ocorridos entre 29/11/2022 e 27/02/2023 na Fazenda Santos Reis, localizada em Camapuã, de propriedade de Marcos de Melo Barbosa, conforme Laudo Técnico n.º 329/23/Nugeo (Programa DNA Ambiental 2022).”

Camapuã - MS, 19 de janeiro de 2024.

DOUGLAS SILVA TEIXEIRA

Promotor de Justiça



**DOURADOS**

---

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 7ª Promotoria de Justiça de Dourados da comarca de Dourados, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>5</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº 08.2016.00042990-4, em que constam como investigado Valdivã da Silva Charão<sup>6</sup> e vítima a União, conforme se transcreve: “Após o decurso de mais de 8 anos da data do crime, sem qualquer causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, não resta dúvida a respeito da prescrição da pretensão punitiva abstrata. Pelo exposto, o Ministério Público manifesta-se, com fundamento no art. 107, inciso IV, do Código Penal, pelo arquivamento deste inquérito policial.”.

Dourados, 18 de janeiro de 2024.

EDUARDO FONTICIELHA DE ROSE  
Promotor de Justiça

**EDITAL N. 0002/2024/17PJ/DOS**

A 17ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil abaixo especificado que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Correa Neto, n. 400, Bairro Jardim São Pedro ou através do endereço na internet <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil n. 09.2024.00000155-6

Requerente(s): Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerido(s): A Apurar.

Assunto: "Acompanhar e fiscalizar as obras inacabadas e paralisadas do município de Dourados, voltadas a educação básica, mormente a adesão ao Pacto de Obras e Serviços de Engenharia Destinado a Educação Básica".

Dourados/MS, 16 de janeiro de 2024.

LUIZ GUSTAVO CAMACHO TERÇARIOL  
Promotor de Justiça

---

5 “ § 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

6 Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.



---

**GLÓRIA DE DOURADOS**

---

**EDITAL N: 0001/2024/PJ/GDS**

Promotoria de Justiça de Glória de Dourados – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na sede da Promotoria de Justiça, situada na Rua Rogério Luiz Rodrigues, s/nº, Centro, Edifício do Fórum, no Município de Glória de Dourados/MS. Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJMP, o qual poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos/consulta/SAJ/processo>.

Inquérito Civil nº: 06.2024.00000003-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Glória de Dourados

Assunto: Apurar a falta de vagas em creche no Município de Glória de Dourados/MS, notadamente se há carência ou se as vagas disponíveis são suficientes para atender a demanda, bem como, no caso de ausência de vagas, quantas crianças aguardam na lista de espera.

Glória de Dourados/MS, 17 de janeiro de 2024

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JUNIOR

Promotor de Justiça

---

**IGUATEMI**

---

**EDITAL N° 0003/2024/PJ/IGU**

A Promotoria de Justiça de Iguatemi-MS torna pública a instauração de Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC que está à disposição de quem possa interessar na Av. Waloszek Konrad, n. 1.276, centro, nesta cidade.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC 09.2023.00012844-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Angela Silvana Zaupa, Acir Israel Caccia

Objeto: Fiscalizar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos autos do inquérito civil n. 06.2023.00000875-6, celebrado entre o Ministério Público e os requeridos.

Iguatemi, 18 de janeiro de 2024

ANDRÉ LUIZ DE GODOY MARQUES

Promotor de Justiça



---

**NOVA ANDRADINA**

---

**EDITAL N° 01/2024/03PJ/NA**

A 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Nova Andradina-MS, torna pública a instauração de Procedimento Administrativo nº 09.2024.00000220-0, abaixo especificado, o qual poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>, que está à disposição de quem possa interessar na São José, nº 564, Centro, em Nova Andradina/MS telefone (67) 2020-9362/2020-9363.

Procedimento Administrativo nº 09.2024.00000220-0

Requerente: Ministério Público Estadual.

Assunto: Registro e acompanhamento das visitas e inspeções no Estabelecimento Penal Masculino de Nova Andradina – EPMNA, exercício 2024, nos termos do artigo 4º, inciso I, da Resolução CNMP nº 20/2007.

Nova Andradina-MS, 09 de janeiro de 2024.

MURILO HAMATI GONÇALVES

Promotor de Justiça

---

**PORTO MURTINHO**

---

**EDITAL N. 0001/2024/PJ/PTM**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Murtinho, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo especificado, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e pode ser integralmente acessado no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem interessar na Rua 13 de Maio, 444, Edifício do Fórum, em Porto Murtinho.

Procedimento Administrativo n. 09.2024.00000451-0

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Porto Murtinho

Assunto: Acompanhar a atual situação da gestão de resíduos sólidos no Município de Porto Murtinho/MS.

Porto Murtinho, 18 de janeiro de 2024.

LIA PAIM LIMA

Promotora de Justiça em Substituição Legal

**SIDROLÂNDIA****EDITAL N° 001/2024/02PJ/SDN**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Sidrolândia/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante senha que pode ser obtida nesta promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e ficará à disposição de eventuais interessados na rua Espírito Santo, nº 1383, em Sidrolândia/MS.

Inquérito Civil nº 06.2024.00000068-0.

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Maria José Araujo Limeiro Correa (Bailão Sertanejo ME).

Assunto: "Apurar o cumprimento da legislação municipal pelo estabelecimento requerido em razão de possível prejuízo ambiental e urbanístico decorrente de possível funcionamento do comércio sem as medidas preventivas necessárias ao desenvolvimento da atividade, causando, desta forma, prejuízo ambiental, urbanístico e à paz pública"

Sidrolândia/MS, 19 de janeiro de 2024.

JANELI BASSO

Promotora de Justiça

**TRÊS LAGOAS****EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 6ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>7</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº 0005453-68.2021.8.12.0021, em que consta como investigado Sebastião Donizete de Caldas, conforme se transcreve: ante a evidente falta de justa causa para oferecimento de denúncia contra o investigado pelo crime em apuração, o Ministério Público manifesta-se pelo arquivamento do incluso inquérito policial

Três Lagoas, 18 de janeiro de 2024.

JUI BUENO NOGUEIRA

Promotor de Justiça

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 6ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>8</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº 0006075-50.2021.8.12.0021, em que constam como investigado José Adeildo dos Santos Júnior e vítima Reginaldo Pereira de Almeida Júnior, conforme se transcreve: não havendo elementos indiciários mínimos a demonstrar a justa causa para deflagração de ação penal contra o investigado, o Ministério Público manifesta-se pelo arquivamento do incluso inquérito policial.

Três Lagoas, 18 de janeiro de 2024.

JUI BUENO NOGUEIRA

Promotor de Justiça

7 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

8 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”



## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 6ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>9</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos n.º 0006936-36.2021.8.12.0021, em que consta como vítima Valteir Pereira de Souza, conforme se transcreve: em que pese a comprovação da

materialidade delitiva do investigado, verifica-se que não se angariou elementos mínimos para identificar o partícipe em questão, razão pela qual fica o Ministério Público de mãos atadas para dar início à *persecutio criminis in judicio*. *Ex positis*, como não se vislumbra possibilidades de se colher novas provas para solucionar o crime em comento, o Ministério Público manifesta-se pelo arquivamento do incluso inquérito policial,

Três Lagoas, 18 de janeiro de 2024.

JUI BUENO NOGUEIRA  
Promotor de Justiça

## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 6ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>10</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos n.º 0003613-86.2022.8.12.0021, em que constam como investigado M. V. e vítima M.Y.R, conforme se transcreve: dada a ausência de justa causa a ensejar a propositura da ação penal, o Ministério Público Estadual manifesta-se pelo arquivamento do incluso caderno investigativo.

Três Lagoas, 18 de janeiro de 2024.

JUI BUENO NOGUEIRA  
Promotor de Justiça

## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 6ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>11</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos n.º 0005496-68.2022.8.12.0021, em que constam como investigado Fabiano de Paula Mariano e vítima Camila Feliciano Machado, conforme se transcreve: ante a ausência de elementos mínimos de autoria aliada ao princípio da intervenção mínima do Direito Penal, o Ministério Público manifesta-se pelo arquivamento do incluso inquérito policial.

Três Lagoas, 18 de janeiro de 2024.

JUI BUENO NOGUEIRA  
Promotor de Justiça

9 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

10 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

11 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”